
- **ESTUDO DE MATERIAIS DIDÁTICOS II**

Coordenador(a): *Adriana Cardoso de Moraes*

A APLICAÇÃO PEDAGÓGICA DOS DICIONÁRIOS MONOLÍNGÜES

Adriana Cardoso de Moraes (UNESP)

É inegável o lugar de destaque que o léxico deveria ocupar nos estudos lingüísticos e a importância que tem na aquisição de uma língua, pois é justamente por meio dele que os

indivíduos podem ampliar o conhecimento e a visão do mundo do qual participam. Tendo conhecimento da lacuna que existe sobre os estudos do léxico nas escolas e sobre o tratamento pouco relevante que é dado a este assunto em diferentes materiais pedagógicos, entendemos que é de fundamental importância disponibilizar estudos de como os dicionários podem contribuir para um melhor aproveitamento lexical das atividades propostas em salas de aula. Demonstrando em que medida se dá esta ausência nas aulas de língua materna, e discutindo que outras formas podem somar e enriquecer os estudos não só de língua materna, como também das outras disciplinas, espera-se tornar a aprendizagem um processo mais frutífero e interessante para os alunos e professores. Este trabalho analisará em que medida os dicionários monolíngües estão contribuindo para a ampliação desse léxico nas salas de aula de Ensino Fundamental e Médio. Assim, esta pesquisa propõe-se a observar qual é o tratamento dado pelos professores de língua portuguesa aos dicionários em suas aulas, desde a inclusão e a importância desta ferramenta em seus planos de ensino, até suas atividades propriamente ditas. Além disso, pretende-se sugerir formas e estratégias de como utilizar os dicionários aliados ao trabalho de reconhecimento taxionômico gramatical e à interpretação de textos orais e escritos. Serão apresentados os fundamentos teóricos e práticos desta pesquisa, bem como uma discussão completa do estado atual do trabalho.

A SUPREMACIA COGNITIVA DA ESCRITA PELO VIÉS DA ORTOGRAFIA: UMA CONCEPÇÃO EM MANUAIS DE 5ª A 8ª SÉRIE

Saul Cabral Gomes Júnior (USP)

No século XIX, conforme relata Havelock (1996), culminou um processo de supervalorização da escrita. Essa culminância originou uma concepção - que se consolidou nas décadas finais do século passado e que teve em Ong(1982) e Goody (1988) dois de seus principais divulgadores - da escrita como atividade cognitiva superior à fala. Ao se analisarem 06 coleções de Português, selecionadas para corpus deste trabalho, pôde-se verificar a presença dessa concepção, concentrada, especificamente, no tratamento destinado à ortografia, concebida como um código que ratifica a supremacia cognitiva da escrita. Deste modo, nas coleções analisadas, instaura-se uma supervalorização de habilidades inerentes ao processo de leitura/escrita - como a utilização da “memória de longo termo” (cf. Kato, 1995) e o uso da “memória visual” (cf. Fulgêncio & Liberato, 1992) -, em detrimento de recursos sociocognitivos intrínsecos à fala.

GÊNEROS TEXTUAIS, ENSINO DE GRAMÁTICA E PROGRESSÃO CURRICULAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Adriane Teresinha Sartori (UCS)

A partir da publicação dos PCNs, os gêneros textuais passaram a ser objeto de ensino-aprendizagem não apenas nas salas de aula do Ensino Fundamental e Médio, mas também nos livros didáticos de Língua Portuguesa. Se o tratamento dado pelos autores de livros didáticos à leitura, à gramática e à produção textual tem sido objeto de estudo de algumas pesquisas, conforme recentes publicações, pouco se tem dito sobre as possíveis relações entre gêneros textuais e a progressão de ensino. Para preencher essa lacuna, analisamos a utilização de gêneros textuais como objeto de ensino de gramática sob o ponto de vista da progressão, ou seja, da organização seqüencial do conteúdo. No estudo, foram analisadas seis coleções de livros didáticos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, todas aprovadas no último Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Nossa conclusão é a de que os gêneros textuais são mero pretexto para o estudo de gramática, não sendo determinantes da progressão curricular. Nesse sentido, é a tradição de

estudos morfológicos e sintáticos da frase, nas 5ª e 6ª séries, e sintáticos de orações e períodos, nas 7ª e 8ª séries, que se mantêm e determina a seqüenciação dos conteúdos veiculados, inclusive dos gêneros apresentados.

O LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DE PRODUÇÃO TEXTUAL

Raquel Ribeiro Moreira (UNIOESTE)

Este trabalho se propõe a fazer uma reflexão sobre o uso do livro didático, especificamente no que concerne à produção textual. Sabendo-se que o livro didático é, muitas vezes, o único material disponível para o professor (e, também, para o aluno) em sala de aula e sabendo-se que a política vigente de manutenção do status quo é alicerçada no e pelo livro didático, observar-se-á o modo com que este último trabalha a relação teoria -apresentada nos manuais de professores - e prática - aquela descrita nas atividades do livro - em seu bojo, em relação às condições de ensino/aprendizagem de produção textual. Trabalharemos na observação de como a teoria da Lingüística Textual, apesar de apresentar inovações para as condições de ensino de textos, não dá conta de questões importantes para o tratamento da produção textual, como por exemplo, as condições de produção desse texto. E isto se dá devido ao cerceamento do sujeito e ao papel estigmatizado (de tutor e censor) concedido ao contexto nesta teoria. Além do mais, grande parte dos livros didáticos fundamentados nesta teoria não conseguem - na sua prática - desvincular-se de uma postura normativista e estrutural, condicionando suas proposta de produção textual, em grande parte, a treinos de escrita que devem priorizar determinado tipo textual ou estrutura gramatical. Na outra ponta conceitual temos a Análise de Discurso de linha francesa que, a partir de uma perspectiva de textualização das condições de produção do texto e do descentramento do sujeito (não mais como “senhor” onipotente da escrita), concebe o texto como um lugar de encontros e desencontros da língua, dos sujeitos, da história, da ideologia e da política. Contudo, o que percebemos na produção textual do livro didático, apesar de “mencionar” tais concepções nas considerações teóricas, as desconsidera em sua prática.

PROFESSOR X ENSINO APOSTILADO: QUEM, AFINAL, É O CONDUTOR NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM?

Eliza Adriana Sheuer Nantes (UEL), Regina Maria Gregorio (UEL)

O objetivo deste artigo é refletir sobre o papel da apostila no processo de ensino-aprendizagem. A presente pesquisa faz parte de um projeto maior intitulado Escrita e ensino gramatical: um novo olhar para um velho problema, desenvolvido pelo Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina, coordenado pela professora Dra. Alba Maria Perfeito, na área de Lingüística Aplicada. Os dados foram coletados no ensino fundamental, junto à Educação de Jovens e Adultos e a análise apontou que apesar de o professor ainda se apoiar na apostila houve momentos em que ele ousou questioná-la. (Palavras-chave: Ensino; apostila; língua portuguesa).